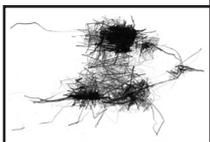


**DOSSIÊ
PENSAMENTO/
LINGUAGEM**





“MAIS QUE NUNCA É PRECISO CANTAR! É PRECISO CANTAR PRA ALEGRAR A CIDADE...”

Maria Aparecida de Aquino*

Resumo – Este texto discute a ditadura militar brasileira, concentrando-se na produção musical e na imprensa escrita desse período histórico. Parte do argumento de que os anos 1960 foram marcantes tanto para a produção como para a difusão da cultura do Brasil, ao mesmo tempo que resultado de uma forte repressão e autoritarismo político. A partir da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968, considerado por todos os estudiosos do regime militar brasileiro como o instrumento jurídico mais violento que se abateu sobre a sociedade brasileira, institucionalizaram-se a censura e o direito do *habeas corpus* para os prisioneiros políticos brasileiros. Esse fato será determinante na carreira e na produção musical de compositores como Chico Buarque, Caetano Veloso e Geraldo Vandré que, por meio de suas canções, expressaram a inquietude e a revolta de toda uma sociedade. O autoritarismo militar representado nas figuras dos censores editava e proibia músicas e reportagens que faziam referência direta aos embates políticos daquele momento, o que pode ser comprovado nos jornais do período, como *Polichinelo*, *O Estado de S. Paulo*, *Movimento*, *Tribuna da Imprensa* e o célebre *O Pasquim*, todos disponíveis em bom estado de conservação no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP).

Palavras-chave: ditadura militar, música popular brasileira, imprensa, cultura, censura.

Muito cedo, tive a certeza da decisão profissional que orientaria definitivamente a minha vida. Aos 15 anos, sabia que queria ser professora. Não foi tão imediata a escolha da disciplina que queria ministrar. Minha paixão pelas línguas e, particularmente, pela língua francesa me fez pensar, inicialmente, que gostaria de ser professora de francês. Mas o encontro com um encantador e maravilhoso mestre de História mudou completamente o meu rumo para não mais dele me afastar. No segundo ano do ensino médio, sabia que queria ser professora de História. Não há um dia em minha vida profissional em que tenha sentido arrependimento dessa decisão absolutamente acertada.

* Professora de História da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e da Universidade de São Paulo (USP). Durante muitos anos, foi professora dos ensinamentos fundamental e médio das escolas públicas estaduais e municipais do Estado de São Paulo.

Quanto à paixão pela língua francesa, apesar de não me tornar professora, acabei frequentando a Aliança Francesa, ao longo de oito anos, até obter o tão desejado diploma de Nancy III que representava o "topo" de linha da instituição.

Uma das escolhas, entretanto, não foi tão simples, pois sobre ela eu não tinha o controle. E ela sempre cruzou minha vida pessoal e profissional. Minha mãe sempre gostara do acordeão e desejara aprender a tocar esse instrumento musical. Porém, de origem muito humilde e precisando trabalhar muito cedo, não foi possível. Resolveu fazer do seu sonho uma realidade na vida de suas duas filhas (somos apenas duas irmãs). E assim foi. Aprendemos o acordeão primeiro em casa, com uma vizinha que era professora do instrumento, e depois no conservatório. Desse modo, ao longo de pouco mais de oito anos, para orgulho de minha mãe e, por que não dizer, de toda a família, as duas "meninas" tinham diploma reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em acordeão.

Quis a fatalidade que, para nós duas, a primeira experiência profissional fosse como... "professoras de Música" em colégios estaduais. Em determinado momento, para viabilizar minha docência, acabei precisando fazer faculdade de Educação Musical que depois (no meio do curso) se transformou em Educação Artística, modalidade na qual também sou formada.

Essa experiência tão longa com a música não era o que nenhuma de nós gostaria para o futuro – para mim mais longa ainda – e também, quero expressar, acabou não se convertendo no nosso futuro. Hoje minha irmã é doutora em Medicina e eu sou doutora em História – finalmente, fiz o que desejava, o sonhado curso de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) – e somos muito felizes em nossas profissões às quais nos dedicamos com muito prazer.

Hoje, porém, tantos anos passados, aquilo que às vezes parecia um fardo, cumprir a vontade de minha mãe, devo dizer e falo em nome também de minha irmã, foi algo muito bom, e nossa progenitora, afinal, demonstrou-se muito sábia ao colocar a música em nossa vida, onde entrou definitivamente, para trazer o bem e, felizmente, para nunca mais se retirar.

A essa altura, o leitor deve estar enfadado, mas também, espero, um pouco curioso para saber por que, num artigo de um dossiê que pretende discutir "cultura e autoritarismo", há um início num tom tão pessoal de contar um pouco uma história de vida.

Lembrando Machado de Assis (2008) – mas nem de longe tendo a audácia de buscar qualquer arremedo de semelhança –, peço ao "caro leitor" um pouco de paciência.

Quando estudei música no Conservatório Musical Bela Bartok, no bairro da Penha, na zona leste de São Paulo, estávamos nos idos dos anos 1960. Os donos do referido conservatório, bem como seus professores, eram pessoas de formação musical muito apurada e sempre muito conhecedores de todas as tendências, tanto da chamada música erudita como da música popular nacional e internacional.

Nos anos 1960, estar em contato, particularmente, com as novidades da chamada Música Popular Brasileira era um privilégio que o prestigioso conservatório em que estudamos nos

proporcionou. Assim conhecemos o esplendor da bossa nova e a época áurea dos festivais com suas fantásticas criações. Basta dizer que os compositores revelados naquele momento aí estão produzindo como nunca e com um vigor absoluto.

Porém, e sempre há um porém, se os anos 1960 foram fabulosos no que carregaram na sua produção cultural, trouxeram sua carga negativa de autoritarismo profundo.

Este texto pretende se dedicar a duas faces da cultura em sua magnitude produtiva e como isso procurou ser abafado com a mesma intensidade de seu esplendor. Queremos nos dedicar à produção musical e à imprensa escrita.

Devo explicar, inicialmente, que se trata de uma questão de escolha pessoal, pois as demais áreas da cultura foram afetadas pela censura do regime militar. Entretanto, pareceu-me necessário selecionar e meu recorte recaiu sobre essas duas áreas de expressão da manifestação humana.

Você não gosta de mim, mas sua filha gosta
(BUARQUE DE HOLANDA, 1974a).

Esse é um trecho da canção "Jorge Maravilha", de Julinho da Adelaide, pseudônimo utilizado por Chico Buarque de Holanda para poder fazer passar suas canções pela censura. A inspiração surgiu para Chico quando um agente da Polícia Federal lhe pediu um autógrafa dizendo que era para sua filha.

Chico Buarque de Holanda foi um dos compositores que mais problemas tiveram com a censura. São de domínio público o mal-estar que provocaram seus versos na conhecida canção "Apesar de você" que continha diversas previsões de futuro para o regime militar. Bastava ler para compreender o "oráculo", embora pudesse ser lida como uma canção de amor em que há uma "briga de namorados":

Apesar de você amanhã há de ser outro dia.
Eu pergunto a você onde vai se esconder da enorme euforia? [...]
Apesar de você amanhã há de ser outro dia.
Ainda pago pra ver o jardim florescer qual você não queria [...]
Apesar de você amanhã há de ser outro dia.
Você vai ter que ver a manhã renascer e esbanjar poesia [...]
Apesar de você amanhã há de ser outro dia.
Você vai se dar mal etc. e tal.
La, laiá, la, laiá, la, laiá... (BUARQUE DE HOLANDA, 1970).

Quando compôs "Apesar de você" em 1970, Chico estava retornando de seu exílio na Itália e acreditava que a situação no Brasil estava melhor do que quando havia partido. Apesar de aprovada pelo Departamento de Censura, a exibição pública da canção foi proibida e recolhida.

Além do pseudônimo de Julinho da Adelaide, Chico Buarque de Holanda (1974b) utilizou também o nome de Leonel Paiva, para ter composições aprovadas, uma das quais ficou muito conhecida: "Acorda, amor", incluída no LP *Sinal fechado*.

Aliás, em *Sinal fechado*, Chico grava "Festa imodesta", de Caetano Veloso, que, segundo Dias (2011), contém uma crítica à própria censura nos versos:

Tudo aquilo que o malandro pronuncia
E que o otário silencia
Toda festa que se dá
Ou não se dá
Passa pela fresta da cesta
E resta a vida (VELOSO, 1974).

Em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que é considerado por todos os estudiosos do regime militar brasileiro o instrumento jurídico mais violento que se abateu sobre a sociedade brasileira. Ele institucionalizava a censura e derrubava o direito do *habeas corpus* para os prisioneiros políticos brasileiros. Internacionalmente, o direito de "ver o corpo" por parte da família e de advogados constituídos é uma das marcas da democracia e o que distingue os Estados Democráticos de Direito dos que não o são. Ou seja, mudávamos de padrão no sentido do acirramento do autoritarismo do regime militar.

Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram convocados pelos militares, logo após a decretação do AI-5. Caetano e Gil foram presos logo após o Natal de 1968, sob o pretexto de prestarem esclarecimentos sobre a participação na famosa "passeata dos cem mil". Depois de serem constrangidos a trocar de quartel a quartel, foram "convidados" a deixar o país de onde saíram para o exílio em Londres.

Chico, que fora preso alguns dias antes de Caetano e Gil, recebeu a notícia de que não poderia deixar a cidade. Mas, no começo de 1969, recebeu autorização para participar de um festival de música em Cannes. Foi, e de lá seguiu para a Itália onde permaneceu por mais de um ano.

Em 1968, Geraldo Vandré apresentou, no III Festival Internacional da Canção, a música "Pra não dizer que não falei das flores". Apesar de aclamada pelo público, despertou a ira dos militares. Vandré logo foi acolhido pela viúva de Guimarães Rosa que o escondeu no sertão mineiro até que partisse para o exílio. Muito provavelmente as frases que mais desagradaram aos militares foram aquelas que depois consagraram a canção como um hino, inclusive dos tempos de luta pela "abertura política":

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão (VANDRÉ, 1965).

Por que são tantas coisas azuis
Há tão grandes promessas de luz
Tanto amor para dar e que a gente nem sabe
(LYRA; MORAES, 1964).

Quando eu fazia bacharelado e licenciatura em História na USP, em 1973, cursei uma disciplina de História do Brasil, Segundo Reinado. A Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara – até hoje docente e colega do Departamento de História – nos solicitou que fizéssemos uma pesquisa nos jornais do período dos quais existiam coleções completas e em bom estado de conservação no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), que ficava alocado no prédio onde estudávamos.

A mim coube pesquisar um jornal chamado *Polichinelo* que tinha apenas 36 números. Inicialmente, ele não me chamou muito a atenção, mas depois “me pegou” de tal maneira que não mais me largou. O que me inspirou foram as críticas exacerbadas que fazia ao governo de D. Pedro II e, particularmente, as charges, algumas mesmo ofensivas à figura do imperador.

Não bastou mais nada para que minha cabeça literalmente “desse um nó”. Ora, estávamos em 1973, numa época em tudo era proibido, particularmente para a imprensa. Estávamos em pleno governo Geisel, e eu ficava pensando: haveria a mínima possibilidade de qualquer crítica ao general presidente?

Nasceu ali o tema da minha futura dissertação. No mestrado estudei a censura à imprensa escrita em dois jornais: um da chamada “grande imprensa”, o jornal *O Estado de S. Paulo*, e outro da chamada “imprensa alternativa”, *Movimento*.

Levei muitos anos para poder desenvolver esse sonho. Terminei o curso de História em 1974, mas trabalhava, em período integral, na periferia de São Paulo, em escolas públicas do Estado e da prefeitura, e não sobrava tempo necessário para os estudos.

Mas um dia chegou a hora. Em 1985, fui chamada para compor a Equipe de História da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp), órgão da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que também incentivava os que quisessem fazer mestrado e doutorado. Em 1986, retomei meus estudos e fui fazer o trabalho sobre a censura pensado treze anos antes e defendido em 1990. Tenho muito orgulho desse trabalho, que foi publicado e acredito que ele ainda é muito moderno nas suas análises e conclusões (cf. AQUINO, 1999).

Não discutirei aqui minhas análises e conclusões que se encontram à disposição dos leitores. Quero me referir a outras histórias às quais eu mesma não tenho dado a devida atenção, mas que representam um tempero da censura e, conseqüentemente, uma marca de nosso autoritarismo.

O jornal da "imprensa alternativa" *O Pasquim*, o mais conhecido de todos e o que teve a maior longevidade, foi fundado em 1969 e começou a ser censurado em 1970. O censor somente o abandonaria cinco anos mais tarde, em 1975. Há muitas histórias sobre *O Pasquim* e ele merece. Afinal, quem conseguiria imaginar que, sem um grande esquema de distribuição de uma grande empresa, um "tabloide" chegasse a vender, nos tempos áureos, cerca de 200 mil exemplares? Pois é! Foi o que aconteceu. Ele foi um fenômeno sob todos os aspectos. Modernizou a imprensa. A história da imprensa escrita neste país pode ser contada antes e depois de *O Pasquim*.

Uma das histórias já narradas – em tese sobre o periódico, defendida na França – que seus protagonistas gostam de contar sobre os terríveis anos que se abateram sobre o jornal com a censura diz respeito a uma censora que se chamava "Dona Marina". Segundo eles – nunca se sabe se falam sério ou não –, a tal de "Dona Marina" gostava de "entornar" (beber). Eles se preparavam. Munidos de seu melhor uísque, ao final da tarde, de conversa em conversa, de gole em gole, davam um "pilequinho" em "Dona Marina" que depois deixava passar tudo (em termos de censura).

Uma das pessoas que entrevistei nessas minhas andanças para juntar material sobre a censura à imprensa escrita no período foi o prestigiado – com merecimento – jornalista Hélio Fernandes. Infelizmente, ele tinha uma agenda apertada e não pude conversar pessoalmente, mas falei com ele por telefone. Hélio dirigia o jornal *Tribuna da Imprensa* que foi o periódico mais censurado do Brasil. Explica-se.

Costuma-se marcar como data inicial da censura oficial da imprensa escrita, no Brasil, o 13 de dezembro de 1968, ou seja, o AI-5. O jornal de Hélio Fernandes começou a receber a visita dos censores a partir de outubro de 1968, dois meses antes do famigerado ato!

Quando conversei com o jornalista, ele muito gentilmente me indicou a redação de seu jornal e disse que deixaria à minha disposição, com um funcionário de sua confiança, 81 artigos que ele havia escrito após a retirada dos censores de seu jornal, o que só aconteceu em 1978. Assim foi feito e pude retirar o material. A *Tribuna da Imprensa* foi o único jornal que se manteve censurado ininterruptamente por longos dez anos! Esses artigos são extremamente preciosos e até hoje os guardo como um tesouro de uma pesquisa bem-sucedida de que me orgulho e que devo a Hélio.

Outro aspecto interessante que ressaltou da conversa que tive com Hélio Fernandes: ele me disse que um dos jogadores da famigerada Copa de 1950 era censor nas horas vagas. Em busca de mais informações e de contato com o tal jogador que se encontrava vivo, lá fui eu à Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Fui atendida por um senhor que me lembrava um

verdadeiro "sargentão" – aqui não vai preconceito, apenas quero que as pessoas entendam o que senti diante do personagem – que me fez entrar na sala, trancou a porta, guardou a chave e me fez uma verdadeira "sabatina", em tom ameaçador a respeito dos motivos pelos quais eu queria saber o paradeiro do referido jogador.

Resumo da ópera. Sai de lá sem o endereço do jogador, visivelmente amedrontada e decidida a não mais procurar qualquer vestígio de censor. Ponto para eles!

Por fim, para encerrar o capítulo *Tribuna da Imprensa*. Hélio Fernandes conta, nesses preciosos artigos, como foi a aproximação inicial da censura, antes mesmo do AI-5. Ainda não era o reinado da Polícia Federal. Quem primeiro fez o contato foi um coronel do Exército que, segundo o jornalista, era educadíssimo e cuja estratégia consistia em tentar convencê-lo de seus argumentos, ou seja, aceitar a censura. Muitas conversas aconteceram, e o tom educado e gentil sempre se manteve. Em determinado momento, provavelmente convencido de que não teria sucesso na sua empreitada, ou, como bom cumpridor de ordens, tendo recebido outras determinações, o coronel gentilmente se despediu e a conversa mudou. Chegaram os agentes da Polícia Federal.

Com eles não havia conversa. Era cortar e pronto. Recebiam as determinações e cortavam, simplesmente.

Uma observação muito interessante a respeito da *Tribuna da Imprensa* que, mais uma vez, a distingue dos outros jornais. Fazia parte das determinações da censura não deixar espaços em branco. Ou seja, eu corto e você cobre. Como não me interessa. O que não pode é deixar em branco, pois senão o público vai perceber que há alguma coisa de errado. Um espaço em branco no meio de uma página de um jornal?

Novamente, nesse caso a *Tribuna da Imprensa* é exceção. Sua censura foi tão pesada, atingiu tão duramente o jornal que, excepcionalmente, foi permitido que ele circulasse com espaços em branco onde o censor havia cortado.

Um caso ainda mais assustador do que o do jogador de futebol que, nas horas vagas, era censor. Nas minhas andanças, tive acesso ao material censurado do jornal *O São Paulo* da Arquidiocese de São Paulo que foi duramente censurado e que, durante a década de 1970, tinha suas reuniões de pauta acompanhadas de perto por um rapaz, chamado Galeno. O referido jovem – pasmem – era estudante de medicina e, "nas horas vagas", censor. Conversei com frei Gorgulho, que me indicou padre Aparecido Pereira que tem tese defendida na Itália sobre a censura ao jornal da Arquidiocese. Parece que o referido jovem era dotado de uma dedicação e um prazer especial ao censurar o jornal, nos seus "momentos de lazer", durante anos.

Quero encerrar essas considerações com a "boa alma" do "Dr. Richard", que andou censurando diversas publicações, mas foi o censor do jornal *O Estado de S. Paulo*, talvez não durante todo o tempo, mas pelo menos durante parte do tempo. O *Estadão* foi censurado de agosto/setembro de 1972 – não há data exata do início, pois o material censurado do come-

ço não foi preservado – até 3 de janeiro de 1975 – no dia seguinte, o jornal comemoraria o seu centenário.

Durante cinco meses, por cortesia exclusiva da direção do jornal, estive pesquisando um material inédito – todo o material guardado que o censor cortou. Foram 1.122 artigos, guardados em três tomos. Ali estava um verdadeiro tesouro. Todos os dias me sentia como Ali Babá diante da caverna gritando: "Abre-te, Sésamo!" (JAROUCHE, 2005). Literalmente, eu estava vendo o que ninguém havia visto. Somente os redatores, a direção do jornal no momento e os censores.

Como o material não estava microfilmado e cópias poderiam danificar folhas secas de jornal, sugeriram-me que fizesse resumo ou copiasse na íntegra o que me parecesse mais essencial. Estabeleceram um horário de entrada e de saída. Poderia, de segunda a sexta-feira, ali permanecer das 9 às 13 horas, que é o horário de uma turma.

Levei cinco meses. Nunca me foi imposta qualquer restrição. Fiz amigos que cultivo até hoje. Se precisar alguma coisa do jornal, as portas estão abertas. Foi uma experiência das mais incríveis que vivenciei.

Aproveitei para fazer algumas entrevistas, incluindo diretores responsáveis pelo jornal. Ai surgiu a figura do censor "Dr. Richard", um engenheiro que foi descrito como uma "boa alma", uma "boa pessoa", apesar da profissão que exercia.

Gostaria de refletir sobre as figuras de censores que foram sendo desenhadas ao longo dessas reflexões: uma "Dona Marina" que gosta de beber e que é facilmente enganada e, portanto, deixa passar tudo sem censurar; um jogador de futebol ilustre que, "nas horas vagas", é censor; um gentilíssimo coronel que não perde a linha deixa para a Polícia Federal o serviço pesado; um estudante de medicina que, aparentemente, tem prazer em censurar um jornal e participar das discussões de pauta; um engenheiro educadíssimo que censura diversas publicações.

À primeira vista, podemos pensar que o censor não sabe o que faz ou que está constrangido com a sua função. Espero que o "caro leitor" não se engane. Na pesquisa que desenvolvi para a realização do mestrado, como analisei dois jornais diferentes, percebi muitas modificações na forma como os censores cortavam as matérias, dependendo do meio de comunicação com o qual tratavam.

Apenas para ficar num exemplo: o maior número de matérias censuradas do jornal *O Estado de S. Paulo* diz respeito a questões políticas voltadas para a temática da repressão. Já no caso do jornal *Movimento*, a maioria das matérias relaciona-se com questões de caráter social preocupadas com as condições de vida e de trabalho da população.

Essas histórias narradas dão o tempero da censura e trazem para nós o aspecto humano do censor. Por trás das ordens rígidas que ele recebia – e não tenham dúvidas de que ele as recebia –, existia o homem com suas características pessoais que procuramos demarcar. Entretanto, não podemos perder de vista que os interesses do regime militar moviam esses

homens e essas mulheres que se colocavam a seu serviço, independentemente de serem "boas almas" ou não. Eles cumpriam rigidamente o seu papel. Se não os compreendermos sob essa óptica, corremos o risco de nos equivocarmos no entendimento da matriz autoritária da própria sociedade brasileira.

Olá! Como vai?

Eu vou indo. E você, tudo bem?

Tudo bem! Eu vou indo, correndo pegar meu lugar no futuro... E você?

(VIOLA, 1974).

De uns tempos para cá, tenho me convencido da ideia de que o "futuro" – sabe aquele "futuro" próximo do desejado? – (pois o realmente desejado está meio difícil) chegou. Ou seja, parece que todos aqueles anos de luta, de ir para as praças, de fazer passeatas, de lutar pelas famosas "liberdades democráticas", afinal, não foram em vão. Alguma coisa nós alcançamos. E foi fruto exclusivamente de nossa luta. Não foi nenhuma concessão.

Nessas lutas, estão marcadas todas as questões culturais que, se, num momento, como os anos 1960 e mesmo parte de 1970, pareceram perdidas ou pouco importantes, agora assumem papel fundamental.

O que seria de nós se todos tivessem dito sim? Como estaríamos se não fosse possível, ao longo do processo da chamada "abertura" política, converter "Pra não dizer que não falei das flores" – ou "Caminhando" como a música de Vandrê ficou conhecida – em nosso hino? Sabemos que foi muito duro para os que foram obrigados ao exílio de sua terra, da mesma forma como foi difícil para nós uma outra forma de exílio, a ausência da fala, a negação do conhecimento, a proibição da reunião, a interdição da livre expressão e do conhecimento.

Como seria se todos os meios de comunicação tivessem coadunado com os ultrajantes bilhetes ou telefonemas anônimos: "De ordem da Polícia Federal, fica terminantemente proibido divulgar que...". Lembrem-se de que o dia em que o jornal *O Estado de S. Paulo* teve a maior quantidade de matérias censuradas foi sobre a temática da meningite. Ou seja, a população não podia ser alertada sobre uma doença letal. Até onde isso iria chegar se não houvesse reação?

Acredito que um belo capítulo de luta se escreveu nesse momento tão difícil de autoritarismo explícito da história brasileira. Só consigo entender a cultura dentro dessa dimensão, a da resistência.

"Mais que nunca é preciso cantar! É preciso cantar pra alegrar a cidade..."

Abstract – This paper discusses the Brazilian military dictatorship, concentrating on music production and in the press this historical period. Part of the argument is that the 1960s were remarkable both for production as well as for the spread of the culture of Brazil at the same time as a result of strong political authoritarianism and repression. From the announcement of the number 5 (AI-5) on December 13 1968, considered by all scholars of the Brazilian military regime as the legal instrument most violent that hit the Brazilian society, became institutionalized censorship and with it the right of habeas corpus for prisoners Brazilian politicians. This fact will be decisive in the career and musical output of composers such as Chico Buarque, Caetano Veloso and Geraldo Vandré that through his songs expressed the concern and anger of an entire society. The military authoritarianism represented in the figures of the censors, edited and banned music and stories that made direct reference to the political struggles of that time, which can be seen in the newspapers of the period, such as *Polichinelo*, *O Estado de São Paulo*, *Movimento*, *Tribuna da Imprensa* and *O Pasquim*.

Keywords: military dictatorship, Brazilian popular music, press, culture, censorship.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, M. A. de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.
- ASSIS, M. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Globo, 2008.
- BUARQUE DE HOLANDA, C. Apesar de você. In: _____. 1970. 1 disco sonoro.
- _____. Jorge Maravilha. In: _____. *O banquete dos mendigos*. São Paulo: RCA Records, 1974a. 1 disco sonoro.
- _____. Acorda, amor. In: _____. *Sinal fechado*. São Paulo: Phonogram, 1974b. 1 disco sonoro.
- DIAS, J. *A ditadura militar de 1964 e a cultura*. Disponível em <<http://www.santovivo.net/page64.html>>. Acesso em: 17 maio 2011.
- JAROUCHE, M. M. *Livro das mil e uma noites*. Rio de Janeiro: Globo, 2005. v. 1
- LYRA, C.; MORAES, V. *Marcha da quarta-feira de cinzas*. Intérprete: Nara Leão. Rio de Janeiro: Elenco, 1964. 1 disco sonoro.
- VANDRÉ, G. Pra não dizer que não falei das flores. In: _____. *Hora de lutar*. São Paulo: Continental, 1965. 1 disco sonoro.
- VELOSO, C. Festa imodesta. Intérprete: Chico Buarque. In: BUARQUE DE HOLANDA, C. *Sinal fechado*. São Paulo: Phonogram, 1974. 1 disco sonoro.
- VIOLA, P. da. Sinal fechado. Intérprete: Chico Buarque. In: BUARQUE DE HOLANDA, C. *Sinal fechado*. São Paulo: Phonogram, 1974. 1 disco sonoro.